

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.306 - MG (2019/0357270-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **PHILIPPE LIMA MOREIRA**
ADVOGADOS : **RENATO MARTINS MACHADO - MG096403**
LEONARDO DE CARVALHO BARBOSA - MG113013
THIAGO PIRES SILVA CARNEIRO - MG125140
VINICIUS PAPA SOARES - MG183978
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por PHILIPPE LIMA MOREIRA desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Depreende-se dos autos que o recorrente responde a ação por pela prática, em tese, "*dos delitos previstos no artigo 312, do Código Penal, por dezoito vezes, na forma do artigo 71 do mesmo diploma legal, c/c artigo 2º, § 4º, II, da Lei nº 12.850/13*" (e-STJ fl. 138).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 208):

PECULATO E CRIMES DA LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA DECISÃO QUE ABRIU VISTA ÀS PARTES PARA ALEGAÇÕES FINAIS – DESCABIMENTO – ABERTURA DE PRAZO PARA QUE A DEFESA SOLICITE DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES – IMPOSSIBILIDADE – REQUERIMENTO QUE DEVE SER REALIZADO AO FINAL DA AUDIÊNCIA E QUE DEVE GUARDAR RELAÇÃO COM AS PROVAS QUE SURTIRAM NO DECORRER DA INSTRUÇÃO – NULIDADE NÃO VISLUMBRADA NESTA ESTREITA VIA – PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL – NECESSIDADE – ORDEM DENEGADA. 1. Em relação ao pleito de declaração de nulidade da decisão que abriu vista às partes para alegações finais, ao argumento que deveria ser concedido prazo para eventual requerimento de diligências complementares, entendo ser inviável o exame de tais teses processuais em sede de Habeas Corpus, principalmente quando for necessária uma análise mais rigorosa dos elementos fático-probatórios. 2. Não obstante tal entendimento, da análise da ata de audiência realizada observa-se que a advogada do

Superior Tribunal de Justiça

acusado não fez o requerimento das diligências ao final do ato, conforme disciplina o artigo 402 do Código de Processo Penal, e tampouco solicitou prazo para avaliar eventual necessidade de fazê-lo, inexistindo qualquer insurgência naquela oportunidade contra a abertura de vista às partes para a apresentação de alegações finais. 3. Além disso, a teor do art. 563 do CPP, nenhum ato será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa, o que também não foi possível aferir nesta estreita via.

Daí o presente recurso ordinário, no qual sustenta a defesa ter havido cerceamento de defesa pelo Magistrado singular haver considerado preclusa a oportunidade para requerer diligências (e-STJ fl. 232).

Diante dessas considerações pede, liminarmente, a suspensão da ação penal e, definitivamente, a anulação do feito a partir da requisição de diligências (e-STJ fl. 241).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator